



CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551 / 1384

CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br

Site: www.piumhi.mg.leg.br CEP 37925-000 PIUMHI-MG

28  
B. L. L.

## **PARECER Nº CM - 54/2019**

**Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e da Comissão de Serviços e Políticas Públicas Municipais, Urbanismo e Cidadania, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2019 que “Dispõe sobre a fixação dos limites do perímetro urbano da cidade de Piumhi e dá outras providências”.**

**RELATORES: Vereador Antônio Fernando Gomes**

**Vereador Gleisson Araújo Nunes**

### **RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei Complementar nº 07/2019 de autoria do Poder Executivo, senhor Adeberto José de Melo, que “Dispõe sobre a fixação dos limites do perímetro urbano da cidade de Piumhi e dá outras providências”, protocolizado nesta Casa Legislativa em 22 de maio de 2019.

A proposta em questão esteve em pauta e foi procedida a sua leitura na 19ª Sessão Ordinária realizada no dia 10 de junho de 2019.

A apresentação do referido projeto propõe alteração do perímetro urbano, devido o crescimento de atividades, notadamente urbano, em muitas áreas até então caracterizadas como rurais ou de expansão urbana. A caracterização dessas áreas como urbanas propiciará ao empreendedores, menores entraves à viabilização de seus empreendimentos.

Continua o autor: portanto, de relevante interesse social e econômico as modificações no perímetro urbano.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Piumhi em seu art. 60, determina que a matéria sujeita à apreciação das Comissões Permanentes será analisada previamente pelas Assessorias Jurídica e/ou Contábil por decisão do Presidente da Câmara ou por solicitação dos Presidentes das Comissões Permanentes.

A Assessoria Jurídica, às fls. 14/16, manifestou: “Diante de todo exposto, uma vez atendidas as disposições contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica e artigo 14 da LC 101/2000, não vislumbrando qualquer vício de competência ou legalidade, opina esta Assessoria Jurídica pelo seu prosseguimento e trâmite regular, haja vista inexistir qualquer impedimento à tramitação da matéria”.

No dia primeiro de julho foi realizada uma Audiência Pública em Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Piumhi, onde o projeto foi debatido amplamente.

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos Urbanistas de Piumhi-MG mediante o Ofício nº 004/2019/AEAUP, encaminhou as considerações da associação, tempestivamente apresentadas no dia 08/07/2019. A Presidência da Câmara despachou para o prosseguimento da tramitação, tendo em vista o decurso do prazo para apresentação de sugestões.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551 / 1384

CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: [camara.piumhi@terra.com.br](mailto:camara.piumhi@terra.com.br)

Site: [www.piumhi.mg.leg.br](http://www.piumhi.mg.leg.br) CEP 37925-000 PIUMHI-MG

Em continuidade ao processo legislativo, foi à proposição encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico e Comissão de Serviços e Políticas Públicas Municipais, Urbanismo e Cidadania para manifestar sobre o mérito da matéria, nos termos do disposto pelos artigos 41, I e 43, I do Regimento Interno.

### FUNDAMENTAÇÃO

A CRFB/1988 conferiu competência ao Poder Público Municipal para promover o adequado ordenamento territorial, o desenvolvimento pleno das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, desde que observadas as diretrizes gerais traçadas no Estatuto das Cidades. Tais resultados podem ser alcançados mediante planejamento e controle de usos, do parcelamento e da ocupação do solo e do perímetro urbano, como preceituam o inciso I do artigo 30 e o artigo 182, § 1º da Carta Magna.

Superada qualquer questão acerca da iniciativa do presente projeto, de encontro ao parecer proferido pela Assessoria Jurídica dessa Casa Legislativa, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca da matéria em questão, bem como seus preceitos fundamentais.

O presente Projeto de fixação dos limites do perímetro urbano promove a divisão do município em zonas rurais e urbanas, de forma a auxiliar o direcionamento das políticas públicas. A propriedade urbana cumpre sua função quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (Lei 10.257/2001, artigo 39).

Na oportunidade, faz-se imperioso enaltecer os trabalhos e a efetiva participação da Associação dos Engenheiros e Arquitetos Urbanistas de Piumhi-MG, diante das considerações encaminhadas mediante o Ofício nº 004/2019/AEAUP aos quais renovamos protestos de estima e consideração, momento em que colocamos para apreciação destas ilustres comissões suas sugestões com respectivas justificativas:

- Ampliação do perímetro urbano ao norte da cidade, com o devido planejamento de implementação de infraestrutura e equipamentos urbanos nos futuros loteamentos. Salientamos que é fundamental a participação da AEAUP no Conselho de Desenvolvimento do município e que os novos loteamentos somente sejam autorizados com as devidas previsões desses aparelhos urbanos.

- Manutenção dos limites propostos no presente projeto de lei nos vetores Leste e Oeste, ressaltando a importância do não adensamento na bacia do Ribeirão das Araras, principal manancial de água para abastecimento público no município.

- Redução do perímetro proposto no sentido do vetor Sul, mantendo o mesmo no limite próximo do raio de 3km do centro da cidade, reduzindo a necessidade de investimentos do poder público em implantação e manutenção de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos.

### CONCLUSÃO

Assim sendo, não havendo óbices e acompanhando o Parecer Jurídico, votamos favoravelmente à tramitação regular do Projeto de Lei Complementar nº 07/2019, em razão de sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, forma regimental e técnica legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551 1384

CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br

Site: www.piumhi.mg.leg.br CEP 37925-000 PIUMHI-MG

99  
B. Lopes

É o parecer.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2019



**ANTÔNIO FERNANDO GOMES**

Secretário/Relator da C.L.J.R



**GLEISSON ARAÚJO NUNES**

Secretário/Relator da C.S.P.P.M.U.C

Recebido  
14/08  
18:30



**Fellipe Cavallieri Lima**  
ASSESSOR LEGISLATIVO  
Câmara Municipal de Plumhi



CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551 / 1384

CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br

Site: www.piumhi.mg.leg.br CEP 37925-000 PIUMHI-MG

31  
Deduzo

## **VOTOS DOS MEMBROS DAS COMISSÕES RELATIVAMENTE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2019**

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2019.

Voto pelas conclusões do Parecer do Relator

  
**JOSÉ SEGUNDO FARIA**  
**Presidente da C.L.J.R**

Voto pelas conclusões do Parecer do Relator

  
**JOSÉ SEABRA DE OLIVEIRA**  
**Vice-Presidente da C.L.J.R**

Voto pelas conclusões do Parecer do Relator

  
**SHIRLEY ELAINE GONÇALVES FARIA**  
**Presidente da C.S.P.P.M.U.C**

Voto pelas conclusões do Parecer do Relator

  
**MAGNO MANOEL MARQUES**  
**Vice-Presidente da C.S.P.P.M.U.C**

### **DECISÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:**

Por 03 (três) votos favoráveis a Comissão concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, forma regimental e técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 07/2019.

### **DECISÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, URBANISMO E CIDADANIA:**

Por 03 (três) votos favoráveis a Comissão concluiu pela tramitação regular do Projeto de Lei Complementar nº 07/2019.